

A história e a temporalidade do risco.

History and the temporality of risk.

*Carlos Henrique Armani**

Resumo: A partir de um enfoque centrado na história das ideias, pretendo apresentar algumas particularidades do risco como um modo de pensar as sociedades ocidentais contemporâneas. Ainda que o fenômeno do risco e as sociedades balizadas por sua temporalidade possam ser encontrados ao longo da história, entendo que é fundamental elaborar uma distinção entre os tempos do risco, de modo que possamos compreendê-lo em sua lógica temporal contemporânea.

Palavras-chave: História. Temporalidade. Sociedade de Risco.

Abstract: From the point of view focused on the history of ideas, I intent to present some particularities of risk as a way to think Western contemporary societies. Through the phenomenon of risk and the societies characterized by its temporality can be found throughout history, I understand that it is essential to develop a distinction between modern times of risk, so that we can understand it from its contemporary temporal logic.

Keywords: History. Temporality. Risk society.

Os historiadores têm uma cumplicidade perene com o tempo. Afinal de contas, o tempo está no centro de suas pesquisas e na demarcação de seus problemas. Não há tema a ser investigado pela história que não esteja vinculado a um determinado tempo, seja ele presente, passado ou futuro do próprio passado. Falar sobre a temporalidade do risco nas sociedades ocidentais contemporâneas, em termos históricos, implica uma dupla inscrição conceitual: primeiramente, a própria noção de temporalidade; em segundo lugar, o risco¹. Risco, por excelência, é um conceito

* Doutor em História pela PUCRS; Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História pela UFRJ; Professor Adjunto dos cursos de Graduação, Especialização e Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: carlos.armani@ufsm.br

¹ Os trabalhos acadêmicos publicados sobre risco contam-se às centenas. Como categoria analítica aplicada às mais diversas ciências, seria impossível mapear todos os textos que tratam do tema.

cujo tempo não pode ser apreendido pelas modalidades tradicionais de delimitação do espaço-tempo, tal como elaboradas na física moderna por Isaac Newton e, na filosofia, particularmente por Kant. O risco é instante, duração descompassada, compressão da experiência, caos em detrimento de cosmos, momento que envolve o não-saber-o-que-acontecerá no instante seguinte, sendo este imponderável a possibilidade de um ataque terrorista, um assalto a mão-armada em uma esquina qualquer numa grande metrópole, um grande investimento na bolsa de valores, um risco de exterminação ecológica global, ou ainda um microorganismo presente desde sempre na natureza que, no momento, “resolveu” invadir um corpo, de preferência humano, para ali se hospedar. No mundo contemporâneo, o risco está em tudo e em todos. Todas as circunstâncias da vida envolvem risco, como também todos nós estamos sob a iminência do risco. Em razão dessa abrangência, temos uma segunda instância temporal do risco: sua perenidade. Parmênides dizia que o ser era o ser. Poderíamos dizer que o risco é o ser. Ele é, seja no espaço, seja no tempo. A temporalidade do risco é, por excelência, paradoxal. De um lado, contingência cuja possibilidade de experiência se esfumaça no instante; de outro, perenidade que coloca o instante do risco no sem-tempo da história.

Contudo, a partir de que momento, se tomarmos as sociedades ocidentais e ocidentalizadas contemporâneas, especialmente de caráter capitalista, estamos balizados por esse regime de temporalidade que fundamenta o *risco*? Qual sua gênese e qual sua relação com o tempo moderno da duração e da extensão? Enfim, quais são as temporalidades do risco? Quer dizer, desde quando o tempo do risco, como o conhecemos hoje, entra na história? Essas são algumas questões que pretendo responder neste artigo, tomando como fundamento de minha investigação os pares conceituais desenvolvidos por Reinhart Koselleck acerca do tempo histórico, um cronótopo que se situa entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 305-327). Entendo que a temporalidade do risco é a suspensão do campo de experiência como também do horizonte de expectativa, algo que tem sido denominado por alguns historiadores de regime presenteísta de

Somente no Portal Scielo, para efeitos de constatação, o termo tem mais de 1900 entradas, com temas como: risco genético, risco moral, risco econômico, risco à saúde, risco de morte, risco biológico, risco cambial, risco nuclear, risco nutricional, risco pessoal e social, risco e aventura, risco sistêmico, etc. Para efeitos de reflexão global sobre o risco, além dos textos de Ulrich Beck (2010, 2008), de Anthony Giddens (2007), pode-se encontrar o artigo de Salvatore La Mendola (2008) e alguns artigos do filósofo Slavoj Žižek (2008).

historicidade (HARTOG, 2003, p. 18-19). Desenvolverei, a seguir, algumas idéias acerca desses conceitos.

1.1 – O risco e a tradição moderna do tempo reversível

Seria trivial afirmar que os riscos estão na história desde que ela existe. Que Cristovão Colombo, quando atravessou o Atlântico imaginando alcançar as Índias, ou que Ramsés II, durante a expansão egípcia no Oriente Médio por volta do décimo terceiro século antes da era cristã, tenham vivido situações de risco, é evidente. Contudo, creio que avançaríamos pouco se detivéssemos-nos em tais explicações, as quais colocariam a temporalidade do risco na eternidade do ser, sem que avançássemos na definição das particularidades do risco enquanto modo de pensar o mundo contemporâneo, uma vez que a modernidade não constituiu o risco como uma categoria analítica fundamental, ainda que ele tenha surgido nas sociedades orientadas para o futuro e nas quais o futuro seria um território a ser conquistado e colonizado (GIDDENS, 2007, p.33).

Poucos duvidariam que a modernidade dos séculos 17 e 18 inaugurou a hegemonia do futuro (e do seu controle) e a decadência do passado. Desde o tempo da escrita, passando pelos tempos das guerras até o tempo da economia, tudo tinha uma duração, uma extensão temporal que era cronologicamente delimitada no cotidiano social. Além disso, a construção moderna do futuro estava ligada a uma noção particular de tempo que tinha na possibilidade de reversão sua marca mais forte.

Os princípios da reversibilidade fundamentaram ontológica e epistemologicamente a ciência moderna. Em linhas gerais, a reversibilidade consiste na afirmação e na comprovação empírica de fenômenos que podem ocorrer em qualquer ordem do tempo, sem que sua natureza enquanto acontecimento se altere. Quer dizer, realidades como passado, presente e futuro são completamente irrelevantes para a explicação de um fenômeno. Se a tríade temporal não faz qualquer diferença, a ordem de tempo é negada e toda a ação futura (conseqüente) consegue ser mapeada num presente (causal). Não importa qual seja o futuro, sua possibilidade de conhecimento e, sobretudo, conhecimento para fins de ação sobre o vir-a-ser – prevenção – é certa. Como conceito-chave da mecânica clássica, a reversibilidade

serviu de alicerce para as ciências empíricas-formais, a partir das quais disciplinas menos exatas como o direito e a medicina se fundamentaram epistemologicamente. A reversibilidade, na medida em que nega o tempo, nega a finitude. Um exemplo conhecido e bastante ilustrativo dessa interpretação do mundo pela ciência clássica encontra-se em Pierre Laplace, no seu *Ensaio filosófico sobre as probabilidades*, baseado em conferências que ele proferiu como professor de matemática em 1795. Nas suas palavras:

Uma inteligência que, num dado instante, conhecesse todas as forças pelas quais a natureza é animada e a situação respectiva dos seres que a compõem, se além disso, ela fosse bastante vasta para submeter estes dados à análise, ela abrangeria, na mesma fórmula, os movimentos dos maiores corpos do universo e os do mais leve átomo: nada seria incerto para ela e o futuro, como o passado, estaria presente aos seus olhos (LAPLACE, 1840, p.4) ².

Apesar de seu texto ter sido redigido mais de 200 anos depois da formalização do pensamento científico moderno, com a revolução copérnico-galileana, seu efeito compreensivo sobre o pensamento científico em nada difere daquele que os cientistas modernos reivindicaram para si nos séculos 16 e 17. A natureza foi traduzida em linguagem matemática e, para que fosse possível conhecê-la, seria necessário falar sua língua: quer dizer, falá-la, como dizia Galileu Galilei, em termos de caracteres geométricos. A matemática permitiria abstrair todos os acidentes de uma experiência, formatando uma homogeneidade do real por meio da criação de leis, ou seja, o estabelecimento de analogias constantes e necessárias entre certos fenômenos (cf. PIETTRE, 1997, p. 53). Ao fazer uso aplicado dessa ciência necessária e não-contingente, a sociedade seria dotada de uma plenitude da visibilidade de futuro, o que tornaria possível abranger a totalidade do real. O necessário – aquilo que não pode não ser – deixaria o futuro em aberto apenas para fazer o ser projetado para ele ser como tal. A imprevisibilidade, a probabilidade e a corrupção seriam eliminadas pelo conhecimento matemático. Não haveria, neste caso, nenhum futuro imprevisível. No processo de observação dos fenômenos da realidade, um conjunto de causas poderia ser definido como determinante de um efeito. Caso tal efeito fosse

² No original: "Une intelligence qui, pour un instant donné, connaîtrait toutes les forces dont la nature est animée, et la situation respective des êtres qui la composent, si d'ailleurs elle était assez vaste pour soumettre ces données à l'analyse, embrasserait dans la même formule les mouvements des plus grands corps de l'univers et ceux du plus léger atome : rien ne serait incertain pour elle, et l'avenir comme le passé, serait présent à ses yeux".

indesejável de um ponto de vista social (uma doença, uma catástrofe natural ou uma guerra), bastaria mapear suas causas antes que ele ocorresse, de modo que ele se tornasse sempre previsível.

Todos os fenômenos da realidade definidos em termos de expectativa de prevenção, de premeditação e de antecipação, desde um prognóstico médico até a criação de mecanismos de prevenção da violência, passaram por esta lógica moderna de reversibilidade do tempo³. Na perspectiva da ciência moderna, o devir era algo a ser esconjurado da ontologia do real e nada mais pertinente para fazê-lo do que a própria matemática. Um dos cientistas-filósofos mais conhecidos da modernidade, Isaac Newton (1642-1727), estava obcecado pela exatidão, pelo mundo verdadeiro do movimento de cada um dos corpos, de maneira a distingui-los dos movimentos aparentes. Newton estava à procura de leis para todas as coisas, para que seu sistema do mundo pudesse ser explicado à maneira dos geômetras (NEWTON, 1983, p. 12).

No século 18, as ideias newtonianas eram sedutoras. A busca por um equivalente da lei da gravitação universal para os fenômenos sociais foi exemplar na filosofia da história. Os predicados de um futuro cujo conhecimento poderia ser concebido antes da experiência foram levados a efeito por Kant, que entendia a história como um processo racional que se desenrolava num plano inteligível e que tendia para uma meta que a razão moral poderia aprovar. A história da espécie humana em seu conjunto poderia ser considerada como a realização de um plano secreto da Natureza para criar a perfeita união política da espécie humana (KANT, 2004, p.39). Tal intenção da Natureza deveria fazer parte do esforço de reflexão do filósofo em relação ao “curso contraditório das coisas humanas”, uma maneira de descobrir *a priori* na história universal um fio condutor. Kant perguntou se poderia haver uma história *a priori*, e quais seriam as suas qualidades. Questionamento um tanto estranho, se levarmos em consideração que as filosofias da história, distantes de serem aprióricas, tinham no longo passado da humanidade o espaço das experiências que poderiam projetar o futuro, o que implicava toda a sua condição *a posteriori* e sintética. Foi no *Conflito das faculdades* que Kant desenvolveu de maneira mais sistemática a idéia de uma filosofia *a priori* da história, no excerto intitulado *Questão*

³ Bem sabemos que o desejo de antecipar o futuro a nossos olhos no presente é um desejo humano de longa data, que nos remete, em última análise, à arte divinatória (GINZBURG, 1989, p. 154). Não pretendo entrar em detalhes sobre sua longa duração na história, nem sobre os mecanismos de poder envolvidos na idéia e na prática de previsão do futuro.

renovada: estará o gênero humano em constante progresso para o melhor? (KANT, 1993, p. 95-112). Kant tinha como uma de suas principais utopias emancipar a humanidade do jugo da violência por meio da realização universal da paz perpétua entre os homens. A *questão renovada*, proposta pelo filósofo, encontrava-se nessa direção.

O que Kant queria saber? Essa foi a primeira pergunta que ele apresentou em seu texto. Sua pretensão era saber se um fragmento da história pré-anunciadora, do futuro, seria relativo aos fins morais do *todo* do homem. Kant via uma urgência em prever a história, de modo que a guerra se tornasse cada vez menos freqüente na civilização, até desaparecer completamente. O estabelecimento do fim moral do homem em direção à paz perpétua foi o seu principal objetivo em *Questão renovada*. O curso da história poderia ser insensato dependendo da maneira como o observador o percebesse. Se ele fizesse uso da razão, do mesmo modo que Copérnico e os cientistas da natureza o fizeram, a predição se tornaria, outrossim, passível de ser sustentada. “Se ao homem se pudesse atribuir uma vontade inata e invariavelmente boa”, dizia o filósofo, “embora limitada, ele poderia vaticinar com certeza a progressão da sua espécie para o melhor, porque ela diria respeito a um evento que ele próprio pode produzir” (Idem, p.100). A história profética da humanidade, ou a filosofia progressista da História, em Kant, tinha na qualidade pura da moral fixada pela razão seu principal desiderato em termos de estabelecimento de metas futuras para a humanidade. Primeiramente, a constituição criada pela sociedade política – maior responsável pelo estabelecimento dessa constituição – não poderia ser belicosa, o que o Estado administraria na unidade do soberano “em analogia com as leis que um povo a si mesmo daria de acordo com os universais princípios do direito” (Idem, p. 105). Para a humanidade, os lucros do progresso para melhor seriam notáveis. Entre eles, Kant falava de um aumento dos “produtos da sua *legalidade* em ações conformes ao dever” (grifos do autor), que levaria, pouco a pouco, “a diminuir a violência por parte dos poderosos e [a aumentar] a docilidade quanto às leis” (Idem, p.109). Kant colocava na sua filosofia política da história os anseios de predição e controle derivados da ciência. Sua filosofia da história, a exemplo do modelo newtoniano, pretendia aplacar o devir, tratando de constituir um horizonte de expectativa passível de ser previsto detalhadamente. Do mesmo modo que o filósofo-

cientista inglês, Kant pretendia evitar que os homens vagassem perdidos no obscuro labirinto da realidade.

Tomemos uma variante de Laplace e de Kant, ou se quisermos, a sua versão *materializada* nas instituições: o *Panóptico* de Jeremy Bentham. Curiosamente, parece que o sujeito do conhecimento de Laplace é o mesmo sujeito-senhor do panóptico:

Se encontrássemos uma maneira de tornarmo-nos senhores de tudo o que pode acontecer a um certo número de homens, de dispormos tudo aquilo que os rodeia, de maneira a produzir sobre eles a impressão que desejamos, de assegurarmo-nos de suas ações, de suas ligações, de todas as circunstâncias de suas vidas, de forma que nada pudesse escapar nem contrair o efeito desejado, teríamos sem dúvida por esse meio um instrumento bastante energético e útil que os governos poderiam aplicar a diferentes objetos da mais alta importância (BENTHAM, 1987, p. 200).

Os diferentes objetos para os quais o panóptico se aplicava eram, sobretudo, as prisões, mas também casas de segurança, casas de correção, casas de trabalho, hospitais, manufaturas e escolas. Poderíamos ver no panóptico a *materialização* moderna do demônio de Laplace, por meio de um mesmo sujeito absoluto cuja presença numa arquitetura desenvolvida para os mesmos efeitos, eliminaria ou dirimiria todo o risco. O olho que tudo vê também abrange a totalidade no espaço e, com ela, o tempo. Se o tempo é a medida do movimento, a vigia é a medida do tempo no espaço e do espaço no tempo. Nos dois casos, o resultado é o mesmo: controle de toda a ação, unidade absoluta entre o presente da vigia e o futuro da ação, antecipada por meio da projeção do futuro feito presente. Junto a este sujeito-senhor, haveria em todas aquelas instituições, uma disposição arquitetônica que evitaria qualquer tipo de comportamento e quiçá – Bentham falava de diversos métodos de controle e de dissuasão do pensamento – de pensamentos. A inteligência que conhecesse todas as forças pelas quais a natureza era animada seria a mesma que pretendia assenhorear-se de tudo que pudesse suceder a certos homens.

Contemporaneamente, disciplinas centrais na conformação da sociedade e na manutenção de seu *status quo* seguem ou tentam seguir rigorosamente os princípios modernos de predição do horizonte de expectativas a partir do conhecimento presente, calcado não mais em uma matemática tal como desenvolvida pela astronomia moderna, mas alicerçado na estatística. Em disciplinas como as Ciências Criminais e a Medicina Legal ou a Psiquiatria, para não avançarmos em outras

esferas, o tipo de prevenção do futuro que sedimenta sua base de definição da normalidade e do patológico na vida em sociedade é tipicamente laplaciano e benthaniano⁴. Sua temporalidade, ainda que aberta no imponderável daquilo que a estatística não apreende, mantém-se na lógica de um intelecto ideal que apreende o futuro no presente e que tem condições de controlá-lo, de forma que nada possa “escapar nem contrair os efeitos desejados”. Todo sujeito do conhecimento seria um senhor do real.

Das filosofias da história que buscavam uma legalidade fundamental entre a natureza e o homem, passando pelo desígnio da natureza e pela astúcia da razão, até o plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar positivamente a sociedade, não teríamos mais do que alguns capítulos desse grande movimento de identidade entre pensamento, tempo e ser.

O que ocorre na contemporaneidade é a falência dessa identidade. Trata-se de uma realidade e de um modo de conhecê-la que tem outro compasso temporal, uma outra lógica analítica que poderíamos denominar incerta. Seus predicados radicam no descompasso fático entre passado e futuro, ou de uma rebeldia do real em relação a qualquer conceito que pretenda apreendê-lo. Entendo que, neste domínio temporal, que tem no século 20 seu principal momento de inflexão, é que a temporalidade do risco se insere.

Poder-se-ia objetar que a modernidade lançou, no tempo futuro, por meio do progresso, a capacidade de opção e, com ela, o risco. Sem dúvida. A questão é que tal risco fazia parte de uma espécie de algoritmo no qual todas as possibilidades já estavam dadas desde as raízes. Ao se lançar para o futuro, se preveria, outrossim, os riscos do desvio e, no próprio presente, seriam criadas as condições para evitar tais imprevistos. Como sugere Santos (1996, p. 9), “as opções são entidades de pequena escala, cobrem territórios confinados e durações curtas, mas fazem-no com o detalhe necessário para permitir calcular o risco da escolha entre opções alternativas”. Trata-se, portanto, da mesma ordem reversível de tempo, sobretudo porque no campo das opções, há o limite.

1.2 – A explosão do demônio de Laplace ou a dispersão do panóptico

⁴ Uma análise interessante dessa relação político-social da estatística, associada à revolução anatomo-clínica do século 19 é feita por Canguilhem (CANGUILHEM, 2005, p. 19-20).

Ainda que Marx e Engels tenham sido proponentes de uma filosofia da história que sacrificaria o futuro em nome da redenção da classe proletária, sua análise da sociedade capitalista de meados do século 19 e, em particular, da modernidade, foi celebrenemente expressa em um texto de caráter militante – *O manifesto comunista*, publicado em 1847. Nele, os filósofos afirmaram que as incertezas e agitações permanentes diferenciavam a época burguesa de todas as demais épocas da história. As relações firmes e sólidas, “com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis” haviam sido varridas e tudo que era novo se tornava antiquado antes mesmo de se ossificar, em resumo, “tudo que é sólido derrete-se no ar” (MARX; ENGELS, 1998, p. 14). Produzido alguns anos depois dos textos de Laplace e de Bentham, poderíamos contrapor tais perspectivas e afirmar que o demônio de Laplace – híbrido de deus e homem – se desvaneceria na ordem incerta e fumeante da modernidade industrial e na sociedade de massas, cujas cidades cada vez mais eram marcadas pela multidão de passantes (VIRILIO, 1997, p. 19).

A realidade sensata com a qual os homens deveriam se deparar trazia, na sua ordem temporal, o risco. Usando o conceito de Santos (1996, p. 16), a contemporaneidade inaugurou uma modalidade de tempo que implica uma espécie de explosão súbita das escalas, que cria uma “enorme turbulência e põe o sistema numa situação de irreversível instabilidade”. Qual seria, por excelência, o período em que esse regime de tempo se tornou hegemônico para possibilitar uma categoria analítica a respeito dele? Que situação fática teria contribuído para sua emergência? Que o momento contemporâneo seja marcado pela instabilidade do risco, parece que é sabido por muitos. Não obstante, ao contrário do que parece, o risco não está no lado eterno da história. Voltemos para a periodização, instrumento fundamental de inteligibilidade do historiador.

Em termos históricos mais amplos, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o evento-limite que esfacelou a relação contínua entre o passado, o presente e o futuro. Ela foi a explosão radical e em um nível de alcance sem precedentes, de toda a ordem de sentido inaugurada na equação das raízes e das opções (cf. SANTOS, 1996). O que poderia demarcar um novo começo em termos de risco senão uma guerra cujas metas eram, nas palavras de Hobsbawm (HOBSBAM, 1995, p. 37), ilimitadas? Em uma guerra cujo sentido – precário – somente poderia ser o imponderável, nada mais coerente de um ponto de vista temporal do que solapar todo o horizonte de

expectativas e, com ele, quaisquer possibilidades mais efetivas de controle do humano. Depois da era da catástrofe, ser senhor do real, dispor de tudo que nos cerca, produzir no humano todo tipo de comportamento desejado, criar uma inteligência cujo saber abrangeria tudo – a história, a sociedade, o humano, o ser, o outro – já não era mais possível. A partir de 1914-1918, houve menos desígnio da natureza e mais triunfo da vontade.

A consciência, um dos principais meios de constituir uma memória por meio do comprometimento com aquilo que fora prometido, se dissolveu. Foi a época da manifestação histórica de outros domínios da condição humana que não deixavam espaço para a certeza e para a predição em relação ao humano. Este havia se tornado, como afirmou Baumer, problemático (BAUMER, 1990, p. 183). Um evento-catástrofe como a Grande Guerra fez de toda a experiência histórica adquirida em relação ao homem um mar de incertezas sobre seu ser. Parafraseando Nietzsche, a realidade do século 20 teria duas faces: uma delas o passar, a outra o devir (NIETZSCHE, 2005, p. 135, af.147).

Como sabemos, o período que marca os primeiros 50 anos do século 20 – incluindo, aqui, portanto, as duas guerras mundiais – é profundamente balizado por uma catástrofe de proporções políticas, sociais e culturais sem precedentes na história. Nunca se matou tanta gente num curto espaço de tempo apenas por decisão política, cultural e econômica. O sentido mais amplo desse novo mundo ficou conhecido como uma crise de sentido dos grandes valores que sustentaram a cultura ocidental, sobretudo a idéia de civilização como cumulatividade da experiência histórica adquirida. As questões filosóficas e psicológicas decorrentes desse contexto ancorado na morte, na finitude e no abismo do não-fundamento, foi um campo fértil de reflexão testemunhal por parte de muitos intelectuais do mundo ocidental e ocidentalizado. Inaugurou-se um período cuja insegurança estava na própria raiz, uma era em mutação que superou todo o fixismo do tempo lógico por meio da qual o ser humano, voltando-se para si, encontrava “durações insuspeitas, dilatações e contrações acentuadas, inesperadas” (SOUZA, 1998, p.140).

Tal período foi marcado por uma profunda crise do projeto civilizacional ocidental, quando grande parte dos valores da sociedade racionalista dos séculos 18 e 19 encontrou seus limites em termos de realização. As duas guerras mundiais assinalaram o colapso de um modelo de civilização, que até então exultava e cantava

pelo mundo afora suas realizações em nome do progresso e da sua plena realização através do controle efetivo do tempo futuro. Não se imaginava que o progresso pudesse trazer riscos não previsíveis e, mais ainda, catástrofes cujos riscos jamais haviam sido imaginados. Ernst Troeltsch (2005, p. 11, p.14) em 1922, percebeu que o caráter dessa crise era eminentemente histórico. Se o conhecimento histórico produzido no período não passava por uma turbulência, o certo é que o “pensamento histórico dos homens em geral”, os fundamentos filosóficos gerais e “os elementos constitutivos do pensamento histórico, bem como da concepção dos valores históricos a partir dos quais pensamos e construímos a teia da história” estavam em meio a uma tormenta de sentido da reestruturação do mundo, cujos alicerces haviam sido postos à prova a partir da Primeira Guerra Mundial.

O psicanalista austríaco Bruno Bettelheim, prisioneiro em um campo de concentração nazista nos anos 30, soube dar o tom do século 20. Apesar de ser um pouco extenso, vale a pena citar seu texto:

No século vinte, o domínio do homem sobre catástrofes naturais tornou-se mais efetivo do que nunca. Mas, ao mesmo tempo, parece que se tornou a desafortunada vítima de cataclismas, provocados por ele próprio, muito mais devastadores do que os desastres naturais que o lançavam no pânico da ansiedade de morte nos séculos anteriores. Pior, o progresso nas ciências e na organização racional da sociedade onde o homem colocou sua fé como a melhor defesa contra a ansiedade de morte e como o que daria significado à sua vida, veio a fornecer as ferramentas para uma destruição da vida muito mais radical do que o homem imaginara possível (BETTELHEIM, 1989, p. 19-20).

Não seria a falência da modernidade em prever o futuro por meio de uma racionalidade instrumental e técnica, apoiada na ciência, uma das críticas centrais de Bettelheim? Todo o excedente da experiência não traria condições para fazer os homens perceberem as ameaças que pairavam no futuro. Se o conhecimento adquirido era insuficiente – e, quiçá, até prejudicial – para explicar o presente e prever o futuro, não haveria razão para a existência de um tempo cumulativo e, portanto, progressista. Voltando à linguagem koselleckiana, qualquer expectativa não estava mais atrelada ao passado e, o que era pior, talvez nem sequer a própria expectativa ainda seria possível.

Quando Ulrich Beck lançou seu já clássico *A sociedade do risco*, ele falou acerca dessa temporalidade. Acidentes como Chernobil, emblemático desta nova era narrada por Beck, não seriam mais do que a extensão, para todas as classes, gêneros,

etnias, instituições, de um perigo cuja abrangência era duplamente ilimitada: sem limites espaciais, nem temporais. O risco como tempo imprevisível parece ser a marca do século 20 que o Ocidente e o mundo ocidentalizado herdou para o século 21. Beck fala sobre o fim do outro. Se até recentemente, o perigo e o risco estavam associados à categoria do outro, hoje, presenciariamos uma metamorfose das “possibilidades de distanciamento” (BECK, 2010, p. 7). Para ele, acidentes como o de Chernobyl inauguraram a supressão das zonas de proteção, implicando simultaneamente o diagnóstico do perigo e a sensação de inelutável desamparo diante dele (Idem, p.8). Tal impasse se deve, em parte, porque a ordem de tempo que rege o diagnóstico depende do futuro e do passado tornados claros por meio de uma razão aplicada no presente; por outro lado, a sensação de inelutável desamparo diante deste diagnóstico é a própria falência do diagnóstico – retrospectivo, mas sempre com olhar para a ação futura. Não há dúvida de que houve uma diluição dessa fronteira do outro na contemporaneidade. Tomemos como exemplo as situações onde o pós-traumático não faz sentido, porque se vive cotidianamente situações traumáticas – lembremos das diversas guerras civis que devastaram a África pós-colonial e as ondas de violência gratuita nas grandes metrópoles. Nestes casos, todo o outro se converte, sob a rasura do risco, no mesmo. Que categoria de análise poderíamos adotar, para essas sociedades, se não a do risco?

Contudo, creio que uma periodização que colocasse a temporalidade do risco – enquanto alastramento do perigo para além de qualquer fronteira e distanciamento – como emblema deste mundo contemporâneo pós anos 70 seria parcialmente correta. Parcialmente porque, desde a Grande Guerra, antes de Auschwitz, Treblinka, Sobibor e dos Gulags, jovens soldados representavam a nação sem saber exatamente o ideal pelo qual lutavam. A farda era a conversão do outro no mesmo. Em guerras com objetivos ilimitados, o outro somente existiria para ser subsumido na totalidade catastrófica do mesmo. Mesmo na Segunda Guerra Mundial, bombardeios em cidades como Hamburgo e Dresden, com população majoritária de velhos, crianças e mulheres, o outro era simplesmente o inimigo, conceito bastante aberto para definir propriamente algum grupo em particular. A guerra continuava sendo ilimitada. E, em uma guerra ilimitada, o inimigo não teria rosto nem tampouco seria portador de uma humanidade que permitisse reconhecê-lo em sua condição humana mais radical.

A neutralização do outro e de suas fronteiras não ocorreu com Chernobil. O risco como temporalidade constitutiva do perigo constante existe desde que as guerras se tornaram ilimitadas. Primeiramente, nos quadros estabelecidos pelos Estados-nações beligerantes nas duas grandes guerras mundiais, hoje, no exterior e no interior dos próprios Estados, nas fronteiras internas de suas cidades, bairros e guetos. Com tal qualidade temporal, o risco se torna paradoxalmente a sua fugacidade, uma situação perene que nos coloca em prontidão e vigilância panóptica constante, mesmo sabendo que, a qualquer momento, podemos ser traídos pelo tempo da surpresa que é a recusa mais radical do panóptico e de seu sujeito-senhor-de-si-e-do-real.

Considerações finais

A idéia de uma temporalidade do risco foi apresentada em sentido negativo, por meio do qual procurei focar a desregulação da tríade temporal passado-presente-futuro no século 20, através, sobretudo da facticidade das guerras mundiais, eventos-limites que esfacelaram a ordem moderna de tempo futuro previsível. Com a contemporaneidade, assistimos a uma multiplicação dos possíveis infortúnios, o crescimento *ad infinitum* do risco fabricado. No século XX, o risco se tornou não somente uma questão ontologicamente relevante, como também se converteu em uma das categorias analíticas dessa realidade.

Compreender o fenômeno do risco em termos temporais implica não somente uma sociedade ancorada no controle do futuro, como também seu limite radical para se estabelecer enquanto tal. Se poderemos criar e recriar novas formas de lidar com essa ontologia do tempo, eis aí um enigma. Talvez tenhamos de sair da modernidade para poder tocar novamente o futuro e torná-lo menos ameaçador. Ao que tudo indica, continuaremos submersos em uma ordem de tempo incerta e precária, que oscila entre o esforço neurótico de controlar o futuro e a ameaça constante da disrupção presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**: séculos XIX e XX. Lisboa: Ed. 70, 1990.

BENTHAM, Jeremy. Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.7, n.14, p. 199-229, mar/ago, 1987.

BECK, Ulrich. **Sociedade do risco**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____. **La sociedad del riesgo mundial**. Barcelona: Paidós, 2008.

BETTELHEIM, Bruno. **Sobrevivência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GUIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité: présenteisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.

KANT, Immanuel. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. In: GARDINER, Patrick (ed.). **Teorias da história**. Lisboa: FCG, 2004.

KANT, Immanuel. **O conflito das faculdades**. Lisboa: Ed. 70, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUCRJ, 2006.

LA MENDOLA, Salvatore. O sentido do risco. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n.2, nov, 2005.

LAPLACE, Pierre. **Essai philosophique sur les probabilités**. Paris: Bachelier, Imprimeur-Libraire de l'école polytechnique, 1840.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

NEWTON, Isaac. **Princípios matemáticos da filosofia natural**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sabedoria para depois de amanhã**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIETTRE, Bernard. **Filosofia e ciência do tempo**. Bauru: EDUSC, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, .45, p.5-34, 1996.

SOUZA, Ricardo Timm de. **O tempo e a máquina do tempo**: estudos de filosofia e pós-modernidade. Porto Alegre: EDIPUCRS.

TROELTSCH, Ernst. **Locus**: revista de história. Juíz de Fora, v. 11, n.1 e 2, p. 11-19, 2005.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

ZIZEK, Slavoj. La sociedad del riesgo y sus enemigos. In: **En defensa de la intolerancia**. Madrid: Sequitur, 2008.

_____. El malestar en la sociedad del riesgo. In: **En defensa de la intolerancia**. Madrid: Sequitur, 2008.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Setembro de 2012